

## POVO IMPOPULAR

Jordan Michel-Muniz<sup>1</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

**RESUMO:** Se excluir a maioria das pessoas dos frutos sociais do trabalho tem apoio *popular*, como asseguram as mídias do capital, lutar pela inclusão é ser *povo* contra o *povo*, *povo impopular*: *povo que não se quer*, ideia ambígua. O povo não se gosta, ou há grupos que desprezam tal povo? Que povo? Quem não quer? A segregação multissecular de milhões de mulheres e homens – o *apartheid social brasileiro* – forja desculpas para a ordem social injusta, com o apoio *popular* que a *opinião publicada* falsifica. Esse o meu tema: *como moldar a opinião para a maioria concordar em ser excluída?* O argumento tem três partes. Primeiro, aponto o uso dúbio de *povo* e *popular*, ao chamar de *popular* o *antipopular*. Há confusão quanto ao referente de *povo*. Depois, foco na materialidade do conceito: a elite econômica ignora necessidades populares, mas com a *opinião publicada* controla as eleições, fazendo da democracia uma oligarquia disfarçada. Por último, proponho critérios ligando *povo* e *popular* ao social. Permanece a subjetividade, mas se escapa à dubiedade mal-intencionada. *Povo* e *popular* devem incluir a *gente excluída*, não quem a rejeita. Concluo notando contradições aparentes do texto: o *povo* não é grupo fixo ou a totalidade, mas ninguém deve ser marginalizado.

**Palavras-chave:** Povo. Popular. *Apartheid* social. Opinião publicada. Apoio popular.

**ABSTRACT:** If it is possible to say that there is popular support to exclude the majority of people from the social fruits of labour, as the capitalist big media assures, then to fight for inclusion is to be the people against the people, the unpopular people: the people who do not want themselves, an ambiguous idea. The people do not like itself, or are there groups that despise such people? What people? Who does not want? The multi-secular segregation of millions of women and men – Brazilian social apartheid – concoct excuses for the unjust social order, with the popular support falsified by published opinion. That is my theme: how to exclude the majority and shape opinion to make it agree? The argument has three parts. First, I point out the dubious use of the people and of popular, calling popular what is antipopular. There is confusion about the people's referent. After, I focus on the materiality of the concept: economic elite ignores popular needs, but with the published opinion it controls elections, making democracy an oligarchy in disguise. Finally, I propose criteria connecting the people and popular to the social. Subjectivity remains, but escapes the malicious dubiety. The people and popular should include excluded people, not those who reject them. I conclude by noting apparent contradictions in my text: the people are not a fixed group or a totality, but no one should be marginalized.

**Keywords:** the people, popular, social apartheid, published opinion, popular support.

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) / [jordanj@terra.com.br](mailto:jordanj@terra.com.br)

“Na prisão dessas pedras fui atado nos olhos garços numa cega fera.  
O sangue da pobreza uma pantera que estraçalha meu povo injustiçado.  
Onde reina a justiça do sonhado, senhores do barão e do cutelo”.<sup>2</sup>

Ariano Suassuna e Antônio Nóbrega, *Martelo Agalopado*.

## INTRODUÇÃO

Em geral, qualificar algo como *popular*<sup>3</sup> é fazer referência a ideias vagas de *povo*, nas quais se inclui o que delas se quer tirar, segundo a intenção, momento e lugar onde o uso ocorre. A indefinição serve a variados matizes ideológicos. Quantas mulheres negras e pobres há nas cúpulas partidárias e no Congresso Nacional<sup>4</sup>? Representantes do *povo*? A imprecisão no significado de *popular* facilita excluir o *povo* do *poder*, ninguém sabe quem é o *povo*. Daí a demagogia politqueira, a opressão onde o capital veste-se de *povo*, que fica de fora. Ao votar todo mundo é *povo* e legitima a representação política. Ao dividir os frutos sociais não há totalidade nem democracia – *poder* do *povo*: a elite econômica toma quase tudo para si, com *apoio popular*, garante a grande mídia. Se a rapina da classe rica merece aplauso *popular*, então quem a ela se opõe é *povo* contra o *povo*: *povo impopular* – *povo que não se quer*.

<sup>2</sup> Senhor que tinha direito de mandar aplicar a pena última, de mandar matar, enforcando ou decapitando.

<sup>3</sup> *Popular* como adjetivo: “relativo ou pertencente ao povo”. *Popular* também pode ser substantivo: “homem do povo, anônimo” (HOUAISS, 2004). Cito a acepção inicial dos verbetes, que é a mais comum.

<sup>4</sup> Gente negra é maioria no Brasil (Censo de 2010). De 513 deputados federais, 43 se dizem negros. De 81 senadores, só 2. Percentuais variam conforme a fonte e legislatura. Nos EUA é pior: em *toda a existência* da democracia lá, houve só 144 pessoas negras na Câmara e 10 no Senado (cada casa tem, respectivamente, 435 e 100 cadeiras). Mulheres negras aí são minoria. A presença de mulheres na política brasileira não deixa dúvidas: Nas eleições municipais em 2016 “brasileiros escolheram 50 mil vereadores homens e somente 7.811 vereadoras mulheres. Não é muito diferente nas assembleias estaduais ou no Congresso. Nas eleições de 2014, dos 1.035 legisladores estaduais eleitos, somente 114 eram mulheres, ou apenas 11% do total”. Na Câmara Federal foram eleitas 51 mulheres para 513 cadeiras, 10% do total.” Disponível em: <[https://www.nexojournal.com.br/columnistas/2018/Por-que-temos-t%C3%A3o-poucas-mulheres-na-pol%C3%ADtica-e-por-que-isso-importa?utm\\_campaign=anexo&utm\\_source=Newsletter](https://www.nexojournal.com.br/columnistas/2018/Por-que-temos-t%C3%A3o-poucas-mulheres-na-pol%C3%ADtica-e-por-que-isso-importa?utm_campaign=anexo&utm_source=Newsletter)>. Em 2018, o número de mulheres eleitas para o senado permaneceu igual; na Câmara Federal cresceu em cerca de 50%: “77 são mulheres, o que representa 15% do total da Câmara dos Deputados”. Houve 5% a mais de pessoas negras eleitas. <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/camara-dos-deputados-tera-15%25-de-mulheres>>. <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/numero-de-negros-na-camara-cresce-mas-nao-chega-um-quarto-do-total>>. Acessos em 09/11/18.

Que significa *povo impopular*<sup>5</sup>? ‘*Povo que não se quer*’ gera compreensão dúbia: o povo é o sujeito que se autorrejeita, ou se atribui a sentença a quem despreza tal povo? Que povo? Quem não quer? *Não se quer* a gente miserável de sertões, favelas e ruas, seres invisíveis para quase toda a sociedade. Há também contingente que desagrada a si mesmo no modo de agir e, especialmente, de votar, quanto aos seus interesses de classe e estrato social, como se de fato não se gostasse nem se desse valor. Existe quem ache ofensivo ser povo, pensa estar acima disso e não ser afetado pelo que prejudica o povo: julga-se capitalista por ter alguns bens que, por ironia, são posses tipicamente *populares*. Ou, ainda, gente beneficiada pelo capital, a turma da soberba, exibindo aversão pela parte desfavorecida, pessoas que gozam de conforto e algum luxo, mas sem riqueza, são apenas cúmplices servis dela. Enfim, há gente de fato rica, convicta de que *o povo deve saber seu lugar e com quem está falando*, elite para a qual se preocupar com o povo é algo *impopular*, denota mau gosto, vulgaridade. Não esboço caricaturas, tais casos ilustram o sistema de castas do Brasil, o *apartheid social*, regime semiescravo a que se opõe o *povo impopular*. Quem comanda ou é conivente com a segregação louva a democracia, finge não ver a falta de *igualdade política* ao recriminar políticas públicas voltadas aos direitos sociais como indecência totalitária. O abuso reiterado contra milhões de seres humanos aumenta a necessidade de legitimação, leva a forjar justificativas para a ordem social injusta, com o dito *apoio popular*. Esse o aspecto de exame filosófico: *como tramar discursos para dizer que a maioria apoia a própria exclusão*, convertendo o sofrimento em *apoio popular* à estrutura da opressão? No Brasil, desde 2013 a elite rica e seu monopólio midiático batalham contra os direitos sociais e as forças políticas defensoras dessa ideia. Sua arma é a *opinião publicada*, com a qual moldam notícias para angariar *apoio popular* às teses neoliberais. Difamam oponentes, torcem fatos em ataques reiterados aos governos recentes. Repetem dia a dia coisas negativas e omitem as favoráveis, aviltando adversários: é lavagem mental para o povo ver como erro os ganhos em cidadania. Visando maior eficácia atizam ódio social contra a parte do povo que não se deixou iludir, sabem que a emoção cega a razão. Dizem que defensores do governo anterior prejudicam a nação, são gente do mal, um ‘*povo que não se quer*’ por perto: “Vai pra Cuba”! Daí eu falar em *povo impopular*.

---

<sup>5</sup> *Impopular*: “que desagrada ao povo, que vai contra o desejo e as expectativas do povo”. Outros sentidos da palavra são: “que não é aceito pelo povo”, “que não goza de popularidade; antipático”, “que não é bem-visto em certos meios” (HOUAISS, 2004).

Divido o argumento em três partes. Começo apontando o uso dúbio de *povo* e *popular*, gerando artimanhas que chamam de *popular* o que é *antipopular*. Ao comentar mudanças no referente de *povo*, defendo que ele não é a totalidade da nação, mas a parte que articula diversos interesses reunindo maioria. Depois, foco na objetividade material do conceito: é incorreto ver a elite econômica como povo, suas metas socioeconômicas e políticas são *antipopulares*. Mostro que a *opinião publicada* guia o processo eleitoral, converte a democracia em método de dominação elitista. Na etapa final sugiro critérios ligando *povo* e *popular* ao social. Há subjetividade no conceito, o que não equivale a retornar às inconsistências desnudadas no início. Reivindico que *povo* e *popular* devem remeter à inclusão da *gente excluída*, que mal sobrevive no *apartheid social brasileiro*. Ao fim, noto contradições aparentes da argumentação. O *povo* não é um grupo fixo nem a totalidade, mas ninguém deve ser confinado sem direitos às margens da sociedade.

## 1. ARTIMANHAS DA DUBIEDADE

Não cabe aqui a história do conceito de povo. Indico só interpretações comuns, para balizar o uso que faço. Sigo Laclau e Mouffe (2001, p. 149-50) quanto ao *povo* da Revolução Francesa não ser o *populus*, mas a *plebs*, as *massas* fracamente organizadas. *Populus* era a maioria sem direitos políticos que não pertencia à aristocracia romana<sup>6</sup>, conquistados após sucessivas revoltas. Apenas a partir do *Defensor pacis*, de Marsílio de Pádua, *populus* será a *universitas civium*. Para Lefort (1986, p. 586-8), nos *Discursos* Maquiavel indica o “que se encontra dissimulado”, a “história operante”, apontando “todos os traços da dominação de classe naqueles do patriciado”, desigualdades ainda ativas hoje. Laclau e Mouffe (ibidem) notam a dificuldade de “constituição de um polo popular unificado”, pelo “crescimento da complexidade social”.

A frequência de *popular* nos discursos políticos torna importante saber como se constitui o *povo*: cidadãos e cidadãos que sendo maioria devem comandar o governo ou dele participar na proporção da sua existência como parte da sociedade civil. A camada *popular* é majoritária só potencialmente, há divisões internas, muitas delas por ação

---

<sup>6</sup> *Populus* não era totalidade. A elite e o restante das pessoas dividiam-se em “[...] *Senatus populusque romanus* que exprimia, nessa aproximação não disjuntiva, os dois componentes fundamentais e permanentes da civitas romana: o Senado, ou núcleo das famílias gentílicas originárias representadas pelos *paires*, e o Povo [...]” (BOBBIO, 1998, p. 986-7).

externa. Não imagino o povo com interesses iguais, sem conflitos. Apesar da discórdia, soa improvável gente desfavorecida recusar direitos sociais, como educação, saúde e moradia, carências oriundas da privação política, ou talvez o correto fosse dizer da *privatização da política*. Por muito tempo impediu-se a *massa popular* de votar, mantendo a *desigualdade política* do período feudal. A elite econômica criou o governo representativo para escapar da sujeição à nobreza e ao clero, lentamente abrindo a *participação política ao povo* – inclusão tardia, formal, e sem substância. Portanto, na deformação da democracia reinventada o povo com direitos políticos restringia-se, inicialmente, aos ricos. Duas constatações interligadas sobressaem disso.

(a) Primeiro, que a elite abastada nunca deixou de pertencer ao povo da democracia, no que tange a se identificar como *grupo portador de direitos políticos plenos* para direta ou indiretamente quase sempre exercer o *poder*. Naquilo que *não* é relativo à dominação, as elites abominam ser confundidas com o *povo*, e observam incontáveis distinções, descritas por Bourdieu (2015, p. 237), por exemplo:

A luta que estabelece a oposição entre frações dominantes e frações dominadas [...] tende [...] a se organizar segundo oposições que podem ser, praticamente, sobrepostas àquelas que a visão dominante estabelece entre classe dominante e classes dominadas: por um lado, a liberdade, o desinteresse, a “pureza” dos gostos sublimados, a salvação no além, etc.; e, por outro, a necessidade, o interesse, a baixeza das satisfações materiais, a salvação neste mundo.

Penso o *povo* como construção ativa, que rejeita a vazia *igualdade política formal*, e luta por *iguais direitos políticos reais*, articulando-se para confrontar o poder com uma *igualdade política delimitada*. Não se vê o *povo* governar. Talvez pareça inconsistente definir *povo* desse modo, pois se um dia ele tiver acesso ao poder, ou participação sociopolítica efetiva, deixará de existir tal *povo*<sup>7</sup>. Atenho-me aos fatos, há séculos o *povo* fica de fora. Caso isso mude, a descrição terá que ser alterada, não antes. A eficácia da objeção – o aspecto autodestrutivo do conceito – é suposição a-histórica, num mundo possível, mas imaginário, no qual também a *crítica da desigualdade política* seria desnecessária. O *apartheid social* brasileiro é longo. Inspirou a alcunha *Belíndia*<sup>8</sup>, o

---

<sup>7</sup> Inspiro-me na *agonismo* de Mouffé (2005a; 2005b; 2009). Ela vê o *povo* como cisão conflituosa entre ‘*nós*’ e ‘*eles*’: o *dêmos* é a “*articulação hegemônica contingente e temporária*”, uma democracia consistente com a etimologia. Ela recusa a ideia de totalidade social ou concepções abrangentes de povo.

<sup>8</sup> Termo cunhado por Bacha (2018) em 1974. Na Copa de 2014, *The Economist* falou em Italdânia (*Italordan*, mistura da Itália e Jordânia). Ver <<https://www.economist.com/news/americas/21604202-brazils-income-disparities-are-great-so-its-progress-welcome-italordan>>. Acesso em 09/11/18.

abismo entre pessoas ricas e pobres. Quem se apossa da riqueza tem aqui nível de vida belga: para essa gente o crescimento do PIB é o “felicítômetro dos ricos” (BACHA, 2018, p. 61). Porém, para grande parcela da população brasileira resta miséria similar à indiana. Minha definição é inadequada para a Bélgica, mas congruente com a situação da Índia e de outras nações com extrema desigualdade socioeconômica. Ficarei satisfeito se uma mudança social exigir que eu redefina *povo* de forma menos descritiva e mais normativa, readaptando o conceito a um mundo mais justo.

Com a *igualdade política delimitada* constituem-se como *povo* pessoas ou grupos articulados em torno de interesses comuns contrários à espoliação e à segregação do *apartheid social*, isto é, com *afinidade de pauta política* na luta por justiça social:

O povo é uma maioria que cria a *igualdade política delimitada*. Delimitar os iguais é o modo de formar o *dêmos* e o *krátos* e gerar igualdade efetiva, na qual se enraíza a *democracia como forma de luta popular*. [...] Um ou mais grupos minoritários também irão delimitar sua *igualdade política* ao disputar a hegemonia. A *identidade* provisória de cada formação sociopolítica, majoritária ou minoritária, depende desse *exterior constitutivo* para estabelecer *equivalências* que redundam na *articulação de forças contingente*, ao delimitar campos de luta (MICHEL-MUNIZ, 2018, p. 66-7).

Há um corte social que limita o *povo* em dado *momento*, e mostra quem forma o ‘nós’. Ao mesmo tempo, mantém-se um espaço de discordância, no qual ‘eles’ se *articulam* como *elementos* estranhos com interesses conflitantes. “Isso não significa em nenhum sentido excluir ‘eles’ da *igualdade de direitos políticos*” (MICHEL-MUNIZ, 2018, p. 135-6). A esperteza da gente rica é, quando convém, englobar no povo a elite e as pessoas segregadas do *apartheid social* e, mais grave, agregar votos dessas parcelas opostas e proclamar o *apoio popular* à democracia discriminatória, equivalente à gente desdenhada batendo palmas para seus algozes. Há frações do povo aviltado induzidas a fazer isso. Uma filosofia crítica deve frisar a opressão, manipulação e estratificação social – o abismo social do Brasil – antes de falar em *apoio popular*, para evitar a significação vaga em demasia, na qual se toma a parte pelo todo. Recorre-se em geral à parcela menor como valendo pela maior, engodo para legitimar a representação política, como no recente pleito de 2018: o eleito teve menos de 40% dos votos<sup>9</sup>. Descontada a preponderante opção fascista da elite financeira, coadjuvada pela alta classe média arrivista, percebe-se que menos de um terço do povo votou na barbárie. Tal resultado foi

<sup>9</sup> Eleição de 2018. Disponível em: < <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>>. Acesso em 15/11/18.

obtido com a prisão arbitrária do candidato que liderava com folga as intenções de voto, segundo pesquisas, e provavelmente venceria a eleição no primeiro turno. Então, onde está o *apoio popular*? Quem cria o *povo impopular*?

(b) Em segundo lugar, a histórica proeminência das elites no controle do *poder* conecta-se ao cerceamento dos direitos de cidadania<sup>10</sup>, apelando para a desqualificação das classes trabalhadoras oprimidas. O desprezo pelas *massas populares e multidões* evidencia isso. Porém agora enfatizo a desproporcionalidade na participação: quantas pessoas das classes baixas ingressam na representação política? Evidentemente, existem casos para demonstrar a ocorrência ocasional de pessoas pobres que conseguem vaga no parlamento<sup>11</sup>, ou uma posição de mando no executivo ou judiciário. São similares aos *self-made men* que o mercado exalta: meras exceções, úteis não para confirmar o valor do esforço individual, mas a regra de reprodução hereditária do nível de riqueza, devido ao caráter excludente do capitalismo, com baixíssima mobilidade social<sup>12</sup>. Na *democracia capitalista* dá-se o mesmo com a representação política dos desvalidos. A riqueza é o passaporte do poder, a presença política da pobreza é irrisória.

O fim das restrições de renda, gênero e raça universalizou a capacidade de votar e ser votado, mas mal propicia a prática consciente do direito eletivo, mantendo assim a distância entre a habilitação da elite e a deficiência do povo. Gera perplexidade afirmar que os três estamentos não mais existem – nobreza, clero e povo –, ao ver no Congresso Nacional as bancadas do boi, bala e Bíblia: serão elas o *povo*, o *apoio popular*? Mas então por que necessitam investir tanto nos lobbies? Empresários e elite financeira controlam o Congresso, “podem manejar fundos enormes para os seus *lobbies*, não só porque para começar eles são ricos, mas porque o sucesso do *lobby* trará maiores lucros para os negócios: o custo do *lobby* constitui um investimento” (CROUCH, 2017, p. 18), cujos dividendos o *povo* paga, aprofundando o abismo da desigualdade socioeconômica. Na

---

<sup>10</sup> A prisão de candidato presidencial sem trânsito em julgado da sentença é ataque à cidadania igualitária e à Constituição Federal, patrocinada pelo judiciário – um poder republicano partidarizado e faccioso.

<sup>11</sup> Média de deputados federais de 1995 a 2006 no Brasil: 10 representantes de trabalhadores rurais sem terra ou agricultores familiares, cerca de 6,1 milhões de famílias, que receberam fundos do governo federal de \$ 10,2 bilhões; 93 representantes de grandes proprietários ou do agronegócio, para 22 mil famílias, que tiveram fundos de \$ 58,2 bilhões (CARTER, 2010, p. 62-3). Isso não significa que as dez pessoas que *representam* pobres sejam pobres ou negras.

<sup>12</sup> O “[...] caso isolado de um indivíduo saído da pobreza para alcançar o sucesso econômico”, v.g., quando alguém “de uma favela se torna milionário”. Para “um Robinho ou um Maradona [...] há milhões de pessoas que fracassam em suas tentativas” (PINZANI, 2017, p. 358).

farsa da representação política o *povo* fica de fora, há *democracia ausente* na desfaçatez de alegar *apoio popular*. Considero que isso ocorre por múltiplas razões:

(I) O Estado não garante educação de qualidade, nem igualdade de condições para as pessoas dedicarem-se ao estudo. A falta de conhecimento tolhe a democracia, a teoria democrática mostra-se deficitária nesse aspecto basilar. Não se consertou o modelo, e muitas nações agora convertem a educação pública em privada, e cortam temas do currículo (filosofia, sociologia, arte...), o que reforça as barreiras à participação política.

(II) Grandes mídias formam trustes de gente riquíssima, visando não o controle dos preços, mas o das mentes. Como diz Chomsky (2013, p. 29): “A mídia é um monopólio coletivo. Todos têm o mesmo ponto de vista”. Por isso, agem em consonância com o interesse da elite capitalista neoliberal, direcionando o noticiário ao que lhes convêm, e omitindo o que contraria suas ambições: desse modo, o que deveria ser informação para formar a opinião pública virou *desinformação, opinião publicada*<sup>13</sup>. Evidencia-se um estrato que se coloca acima do povo, para cooptar pessoas com pouca instrução e, nesse sentido, aproveitar o defeito fulcral da democracia. Caso se limite a camada rica aos 10% que têm renda elevada, com 41% dos votos do povo haveria maioria. Estritamente falando, a conta hipotética indica que a posição majoritária não contaria com o *apoio popular*, pois não teriam o assentimento de metade do povo.

(III) Abrevio a lista, e lembro a quase universal obrigação de pertencer a partido político para se eleger ou pleitear um cargo, sem esquecer a estrutura oligárquica dessas associações e a promiscuidade com corporações econômicas. O estrato superior no que tange à renda e educação comanda os partidos, não as *massas desfavorecidas*, com as exceções de praxe. “A direção dos partidos tende naturalmente a tomar uma forma oligárquica. Uma verdadeira ‘classe de chefes’ constitui uma casta mais ou menos fechada, um ‘círculo interior’ de difícil acesso” (DUVERGER, 2012, p. 181).

O parcial rol acima é suficiente para mostrar que ao ampliar o povo incluído na *cidadania ativa* a elite preservou pragmaticamente os postos de comando da sociedade. Baseia-se aí o traço duplo e interligado por meio do qual a camada rica fantasia-se de povo só para ir às urnas, não sem antes rechaçar das cédulas eleitorais o *povo* desprezado.

---

<sup>13</sup> Expressão atribuída a Churchill: “Opinião pública é coisa que não existe; existe somente opinião publicada”. A ideia é que a *opinião pública* é moldada conforme a vontade dos donos das mídias.



É um jogo de cartas marcadas, no qual a elite tem todos os coringas e ainda esconde cartas nas mangas. Certo está Cazuzu: “Não me convidaram pra essa festa pobre, que os homens armaram pra me convencer a pagar sem ver toda essa droga que já vem malhada antes de eu nascer”. Ou sem meias palavras: “Meus inimigos estão no poder”<sup>14</sup>. O *povo* real – o *povão* – segue excluído, enganado, usado como massa de manobra para legitimar o sistema de dominação criado pela gente rica, que fomenta a cizânia entre as pessoas pobres para converter parte delas no desejado *apoio popular*.

## 2. OPINIÃO PUBLICADA E APOIO POPULAR

*Povo impopular* escancara um paradoxo. A generalidade do substantivo *povo* estende-se ao adjetivo *popular*. Também se nota simetria entre o engano da declaração formal da *igualdade política* do povo e a ilusão de todas as pessoas serem agentes de *lutas populares*. O objetivo aqui é assinalar que além das usuais segmentações por renda, educação, etnia, moradia *etc.*, faz-se necessário desvelar *diferenciação política* ligada ao modo de agir em relação à prometida *igualdade política*. Evidente que numa visão simplista todo mundo é povo: pessoas negras, indígenas, ou brancas; marginalizadas ou privilegiadas; analfabetas ou doutoras; faveladas ou bem protegidas em condomínios fechados... Tal senso raso é nefasto. O referente genérico permite que pessoas brancas, privilegiadas, com títulos universitários e morando em mansões, que se opõem à taxa progressiva de rendas e imóveis, barrando políticas redistributivas de justiça social, manipulem a opinião pública e afirmem que travam *luta popular* contra o excesso de impostos, na apologia do Estado Mínimo. Nesse afã, comandam as grandes mídias, obtêm apoio de setores do povo providencialmente enganados pelo monopólio midiático, e não raro a posição majoritária no eleitorado. Isso caracteriza a causa como *popular*? Caso não, por quê? Na democracia a maioria é o povo? “Como diz o jornalista argentino Ezequiel Fernández-Moore, a propósito da informação: ‘Estamos informados de tudo, mas não sabemos de nada’” (GALEANO, 2002, p. 286).

Guia-se a opinião pública na construção de *apoio popular*, assim impondo políticas cujo teor é *antipopular*. Se a falsa consciência gera enganos, o que pesa mesmo

---

<sup>14</sup> Os primeiros versos são de *Brasil* (1988), composição de Cazuzu, George Israel e Nilo Romero; os seguintes, de *Ideologia* (1988), de Cazuzu e Roberto Frejat.

é a desinformação da *opinião publicada*, as trapaças para dividir a classe trabalhadora, por exemplo, ao “colocar a população contra os grevistas, apresentando-os como desordeiros, nocivos à população e contrários ao interesse geral” (CHOMSKY, 2013, p. 25). Não é estranho que as mídias nunca mostrem o *apoio popular ao próprio povo*, como se os pobres só aprovassem as maquinações dos ricos? Não se percebe nisso um *povo impopular*? Há um logro evidente. “Afim de contas, estamos falando do mundo dos negócios, que, portanto, controla a mídia e dispõe de amplos recursos” (ibidem).

Existe algo que justifique nomear uma luta ou movimento como sendo *popular*, sem ao mesmo tempo tal característica sinalizar um fracionamento do povo genérico, revelando um subconjunto que age pelos interesses das *massas excluídas*, enquanto há partes que não o fazem? Em caso afirmativo, como penso, uma conceituação restrita de *povo* precisa ser adotada para que se fale em *movimento popular*? Bastaria limitar a aplicação do adjetivo? Resumir o critério delimitador às carências materiais das classes sociais subalternas é sujeitar o político ao econômico, o que parece impróprio, embora a *desigualdade econômica* vincule-se à *desigualdade política*. Porém, a mera constatação desse fato não elucida ou demonstra que haja uma relação direta *necessária* de causa econômica com efeito político, isto é, que ser pobre impede a *igualdade política*. Pretender que sim corresponde a confessar o formalismo vazio das declarações constitucionais acerca da *igualdade política*, visto que nunca se estabelece a correlata exigência de *igualdade econômica*. Quer dizer, postulo que é insuficiente e estéril associar a exclusão social apenas à pobreza e, portanto, definir as *massas populares* somente com base nisso. O *apartheid social brasileiro* – e talvez todos os regimes de exclusão – deriva da *desigualdade política*, visível na *ausência de poder do povo*. O combate à penúria da gente excluída inicia na luta por *igualdade política efetiva*, para *delimitar quem são os iguais politicamente* quanto às necessidades e planos de governo.

Não se deve apor o qualificativo *popular* indiscriminadamente, desconsiderando desigualdades, de modo que a referência feita seja neutralizada – isto é, que se iguale no discurso o que na sociedade é desigual. Tome-se o exemplo de quem dá preferência ao mercado frente ao Estado. Diz-se que a ideia (não provada) da eficiência superior do mercado para quaisquer propósitos, incluindo os fins sociais, tem *apoio popular*, pois muita gente do *povo* foi convencida disso pelas mídias. Aqui *povo* e *popular* exprimem quantidade relevante da população, de forma neutra quanto à composição sociopolítica do grupo. Porém, visto o mercado desconsiderar a desigualdade econômica e política, e

visar lucros que ampliam ambas, é inadequado falar que tais desigualdades, quando associadas à mercantilização dos direitos sociais, recebem *apoio popular* no mesmo sentido do uso feito em relação à confiança na pretensa superioridade da empresa privada ante o Estado. O emprego do termo mudou, já não há neutralidade, pois o *povo*, agora restrito à gente pobre, iria contra suas próprias carências.

Pode-se objetar que o raciocínio exige suposição adicional: a de pessoas excluídas não aceitarem espontânea e conscientemente a condição opressiva, onde a maioria tem menos direitos que a minoria dominante. Se não for esse o caso, o argumento torna-se insustentável. É verdade. Mas, junto com ele, vai-se embora ideia central da democracia – a *igualdade política* – que também é destruída. Os efeitos de repassar ao mercado o cuidado com direitos sociais são secundários no raciocínio. Importa no caso descrito, que está longe de ser fictício ou único, haver uma situação em que se brande o *apoio popular* de maneira frouxa e inconsequente, e outra em que idêntica compreensão do que seja *apoio popular* é incoerente. Não pretendo estabelecer nada além disso. Mas, conceitualmente, defendo que em termos filosóficos e políticos falar em *apoio popular* onde só há grande quantidade de pessoas é incorreto, por originar discursos dúbios.

Como conceber essas distinções para indicar usos deturpados de *povo* e *popular* no que se refere à *igualdade política* é o que me interessa. Não visio reforma linguística, nem mudar o linguajar corriqueiro, mas revelar artimanhas discursivas que obstruem transformações políticas ou validam retrocessos sociais. As mídias dos ricos escolhem quais pessoas entrevistar como representantes dos pobres, além de selecionar e editar o material gravado segundo suas conveniências. Ainda mais grave, realizam pesquisas de opinião pública que retratam a *opinião publicada*. Através dos dois métodos aplicam a qualificação oportunista de *apoio popular* ao que as mídias disseminaram e as pessoas excluídas reproduzem, se isso for vantajoso para os donos da riqueza. Ao difundir visão tendenciosa sobre o que o povo pensa e deseja, realimenta-se a opinião pública com a *opinião publicada*, círculo vicioso reforçado continuamente, moldando o *apoio popular*.

As cenas paradoxais – onde uma fração defende certa causa popular que se opõe ao anseio de outra parte que também se define como popular – desaparecem. Ninguém as vê nem percebe contradições, pois é fácil negar audiência e espaço às manifestações inconvenientes. Se a diversidade fosse apresentada ficaria difícil falar em *apoio popular*, pois a divisão das opiniões significaria a *cisão do próprio povo*, muito além da lavagem

cerebral que contrapõe o ‘cidadão do bem’ ao ‘bandido bom é bandido morto’. Não me refiro ao desacordo quanto às prioridades ou temas gerais, dificuldade inescapável, mas às oposições abertas sobre assuntos específicos, o que não faz sentido. Volto ao exemplo prévio: é incoerente afirmar que o povo quer um serviço gratuito de saúde pública, mantido pelo Estado com impostos progressivos, e que o povo deseja o Estado Mínimo e atendimento médico pago gerido pelo mercado. A segunda opção pressupõe reduzir despesas de *todas as pessoas* nos impostos que *cada uma* paga ao Estado na primeira alternativa. Atenuando a pretensão, seria preciso provar que pelo menos a maioria economiza ao bancar um convênio particular, ainda que minoria expressiva gastasse mais, e talvez nem conseguisse arcar com os custos de doenças e emergências médicas, sofrendo e morrendo sem cuidados por não poder pagar pela sua saúde. Mesmo sem incluir a totalidade, tal hipótese carece de demonstração, mas há uma certeza: pouca gente ficaria muito mais rica à custa da necessidade coletiva. Azar dos miseráveis, o neoliberalismo é antissocial, cada um por si e o Estado para proteger a riqueza e transferir fundos públicos à espoliação praticada pelos bancos. A economia feita pelos cofres públicos no orçamento da saúde seria toda repassada a quem extorque juros de uma dívida pública jamais auditada, isto é, novamente para o bolso dos ricos.

Por que privatizar o *comum* – que deve ser partilhado e não ter dono? Televisões e jornais noticiam *apoio popular* à venda do que é de todas as pessoas, não do governo, como o petróleo do pré-sal, ocultando que o *comum* serve para financiar direitos sociais. Vende-se o patrimônio do povo, sem discutir o imposto progressivo ou taxar as grandes fortunas. Recursos perdidos nessa ‘privataria’<sup>15</sup> permitiriam erradicar a miséria e ter saúde e educação públicas de qualidade. A mídia aborda tais ideias condenando o aumento de impostos, sem dizer que apenas os muito ricos serão sobretaxados, ou para condenar a estatização do petróleo e trabalhar pela sua venda, com o refrão do Estado ineficiente e corrupto. Omitem que uma estatal norueguesa é a receptadora que compra o que se rouba daqui, um *comum* do povo do Brasil. *O monopólio midiático converte a*

---

<sup>15</sup> Neologismo criado por Elio Gaspari, referente a privatizações efetuadas por valores irrisórios, como no caso da entrega da Vale do Rio Doce, no governo de Fernando Henrique Cardoso, por menos de um centésimo do que valia. ‘Privataria’ indica o uso de propinas, desvio de dinheiro público e transferências ilícitas para paraísos fiscais. Joseph E. Stiglitz concebeu termo semelhante, *briberization*, mistura de privatização e propina. Ver ainda *A privataria Tucana*, de Amaury Ribeiro Júnior (São Paulo: Geração Editorial, 2012). Recentemente, o governo de Temer entregou o petróleo do pré-sal por preços ínfimos em relação à cotação de mercado. Seu preposto na Petrobras, Pedro Parente, vendeu plataformas de exploração novas por menos de 10% do que custaram à estatal. *Cui bono?*

*liberdade de imprensa em libertinagem com a informação*, sem respeitar o direito de resposta ao transmitir noções inverídicas, como aponta Crouch (2017, p. 94):

A reivindicação amplamente feita de que a privatização irá despolitizar uma indústria ou serviço e fornecer garantia contra a corrupção é altamente desonesta. Longe de reduzir as oportunidades de corrupção entre governo e empresas, a estratégia as aumenta consideravelmente e produz uma classe especial de firmas com acesso político muito privilegiado. Quanto mais relevante politicamente o serviço envolvido, mais problemático isso se torna.

Aliás, o tema da corrupção desnuda a reiterada manipulação política feita pelos ricos graças ao monopólio midiático. Atacam adversários políticos enquanto buscam o dito *apoio popular*. Chomsky (2013, p. 26) observa que o “objetivo principal de uma propaganda benfeita [é] criar um *slogan* do qual ninguém vai discordar e todos vão apoiar. Ninguém sabe o que ele significa porque não significa nada”. É fórmula perfeita para o *apoio popular* instantâneo, como o obtido na cruzada contra a corrupção. Nem poderia ser diferente: nenhuma pessoa quer ser roubada, de modo que ninguém aceita o desvio de bens públicos, não há nenhum significado especial aí. Com a tendenciosidade costumeira, a rede de televisão que enceta a campanha omite de telespectadores a apropriação ilícita de verbas públicas que ela pratica, a sonegação fiscal, o dinheiro que é desviado *antes* de chegar aos cofres do governo. Mas a jogada funciona tão bem que a inevitável concordância do povo converte-se em combate persecutório, para o qual o truste midiático transfere o apoio granjeado ao erguer a bandeira da honestidade, e consegue fazer isso fraudando o fisco. Pergunta obrigatória: se a emissora informasse seu próprio crime teria angariado igual nível de *apoio popular*? Ou, se ao falar na corrupção, mostrasse uma redução quanto a governos prévios, quem ganharia apoio? “A verdade dos fatos encontra-se enterrada debaixo de montanhas e montanhas de mentiras” (CHOMSKY, 2013, p. 38). A maioria não dispõe de tempo ou meios para checar o que recebe da televisão. Raras pessoas realizam tal trabalho, gente que em geral aposentou a tevê e abandonou a grande mídia por ela falsificar a realidade.

*O poder midiático é braço político do capital para domar as massas*, mas obtém a servidão sem recorrer ao chicote. “Não é como um Estado totalitário, em que é feito por meio da força. Esses feitos acontecem num contexto de liberdade. Se quisermos compreender nossa própria sociedade, precisaremos refletir sobre esses fatos” (CHOMSKY, 2013, p. 38). Criou-se o termo *fake news* para informações que circulam nas redes sociais sem nenhuma correspondência factual. Espanta-me a mídia capitalista

falar em coibir a prática, pois ela é contumaz na fraude informativa. O problema pouco tem a ver com a verdade do que é transmitido, isso nunca preocupou os barões da mídia. O que incomoda é o faturamento ascendente das mídias alternativas, frente à queda na venda de jornais e revistas, ligados ou não aos conglomerados televisivos, que igualmente sofrem com a redução nos ganhos da tevê por assinatura. Também aqui não se deve cair em ilusões: onde existe um anunciante por trás da notícia, há dinheiro e interesse, que cedo ou tarde farão exigências. Mídia independente mesmo é a mantida por financiamento coletivo e cooperativo, com envolvimento social.

Deve-se distinguir conhecimento e propaganda, pois informar a *opinião pública* é algo bem diferente de impor a *opinião publicada*, ou o pretense *apoio popular* será fruto de ludibriar o povo. A questão essencial é identificar o que constitui realmente o *público* em um debate formador de *opinião pública*, como por exemplo: “praticamente o mesmo número de pessoas expressa e recebe opiniões”; há pronta interação das partes; buscam-se soluções; existe autonomia. São ideias ligadas a “várias suposições da teoria democrática clássica”. Sem isso é enganador falar em *apoio popular*. A *opinião publicada* visa às massas de *cidadãs e cidadãos* também *passivos* na comunicação, além de: “o número de pessoas que expressam opiniões é muito menor que o número de pessoas para recebê-las”; organizam-se de antemão os temas e conteúdos, para que as pessoas tenham dificuldade em reagir; as autoridades fiscalizam os efeitos da comunicação; não existe autonomia, e sim controle sobre a opinião (MILLS, 1988, p. 354-7), que atualmente se estende às redes sociais, telefones e correio eletrônico. Substituindo a *opinião pública* pela *publicada*, e o *público ativo* que *delibera* pela *massa passiva* que é *representada*, cria-se o consenso *desinformado* que possibilita à *cidadania ativa* da elite comandar sem muitas adversidades o Estado.

Não existem “muitas pessoas que queiram renunciar às antigas liberdades, principalmente às liberdades de expressão e de imprensa”, disse Schmitt (1996, p. 48) após a Primeira Guerra Mundial, acerca da falência da *discussão pública* até nos Parlamentos, e concluiu: “Mas no continente europeu não há muitos mais que acreditem que essas liberdades ainda existam onde poderiam de fato ameaçar os detentores reais do poder”. Schmitt denunciava que “aquilo que os representantes dos grandes interesses capitalistas decidem em comitês fechados é talvez mais importante do que quaisquer decisões políticas, para o dia a dia e o destino de milhões de pessoas”. A *opinião publicada* dissimula o poder oligárquico. Os resultados surgem como se fossem frutos

que a vontade popular apoia, ainda que se tornem nocivos à maioria. A *massa passiva* satisfaz-se com a impressão de a sua mansa anuência sobre o sofá em frente à televisão corresponder à *cidadania ativa*, e assim valida nas urnas o engano em que vive.

Se ampla informação simples e acessível estivesse disponível sobre custos e despesas nos modelos de atendimento à saúde referidos acima, estatal e privado, faria sentido dizer que as duas possibilidades representam *vontades populares*? Haveria um povo bipolar, que não sabe o que quer? Parece-me não existir povo inconstante no que tange às necessidades e aos serviços que as satisfaçam, mas sim uma divisão constante das *massas excluídas*, em geral fracionadas pela representação política e pelas mídias.

Ao reclamar da libertinagem da grande mídia não pretendo afrontar à liberdade de imprensa. A censura nutre o despotismo. O capitalismo também<sup>16</sup>. Exatamente por isso protesto: o monopólio midiático outorgou-se o cargo de censor do que não lhe convém divulgar. Qualquer remédio para conter esse comportamento abusivo precisa ser cuidadosamente dosado, ou envenenará a liberdade. Uma possibilidade é aplicar sempre o critério isonômico vigente durante as campanhas eleitorais: obrigar a grande mídia a difundir diariamente em tempos iguais todas as posições políticas, de forma diretamente proporcional ao que ela mesma gasta nas catilinárias direcionadas aos seus oponentes. Afinal, rádio e televisão são concessões públicas, e cabe exigir contrapartidas permanentes, para a contestação não depender de pedidos por direito de resposta de um judiciário partidarizado. São temas para outras pesquisas, fogem ao estudo atual.

### 3. APOIO POPULAR AO POVO IMPOPULAR

As *massas excluídas* formam o povo, mas nem toda luta desse povo abrangente tem caráter *popular*, assim como só parte dele submete-se aos planos da gente rica que o monopólio midiático defende. Não existe segmento especial do povo que recomende a concessão de privilégios para uma parcela das pessoas excluídas. Importam as causas: umas ligam-se aos interesses das massas; noutras, vê-se a mão da minoria que subjuga a gente oprimida. O controle da *opinião publicada* possibilita o sucesso de reivindicações

---

<sup>16</sup> A liberdade total do capital quanto ao que é noticiado – ou não – pode gerar efeito similar ao da censura imposta por regimes totalitários, mas defensores do capitalismo não percebem a semelhança: “O governo sozinho determina quem deverá ter o tempo e a oportunidade de escrever e o que deve ser impresso e publicado”, diz Mises (2015, p. 97). A recíproca é que a total autonomia da riqueza concentrada em poucas mãos faz o mesmo, sozinha, minando o ideal democrático de uma opinião pública esclarecida.

contrárias ao *povo*. Indiquei isso ao tratar da *afinidade de pauta política* e da *igualdade política delimitada*, no início do texto. Não suponho *massas desfavorecidas* submissas sem pretensões de caráter político. Meu argumento é que de modo geral tais setores são tutelados pela *opinião publicada*, acreditando serem seus os objetivos da elite. Se tais diferenças não forem explicitadas, artifícios político-eleitorais que produzem maiorias pseudodemocráticas seguirão mimetizando a inexistente *igualdade política*. É preciso separar *movimentos populares* de outros que, mesmo se apoiados por multidões, têm caráter antipopular, embora apenas diferenciá-los não traga resultado prático imediato às lutas sociais. Então, por que eu prefiro uma definição de povo fortemente descritiva, em vez de uma delimitação de caráter normativo?

Há um problema a enfrentar, cujo paroxismo é a expansão de um ideário fascista nas mentes dominadas pela *opinião publicada*. Suspeito que muitas delas sequer têm noção dos efeitos das teses a que aderiram. Não importa. Que adianta estabelecer uma visão filosófica estritamente normativa e idealizada do que é o *povo*, se a mídia alardeia *apoio popular* ao que é antipopular? Há uso indevido da descrição do *povo*. Penso na urgência em contestar tal definição, apontar a impropriedade e onde ela fere limites que, aí sim, residem na normatividade democrática. Conceitos vagos permitem chamar de *popular* qualquer conjunto amplo de pessoas, como se quantidade originasse qualidade. O referente de *popular* não é abstração quantitativa indistinta: a qualificação dependente só do número resulta tão inútil para o *povo* quanto proveitosa para quem o explora.

Considero o *povo* uma parte da sociedade, não o todo. O que delimita tal parte, e qual a mobilidade dos contornos? Concordo com Mouffe (2005a, p. 71) em conceber “o agente social não como um sujeito unitário, mas como a articulação de um conjunto de posições de sujeito”, e que tal condição é mutável, dada a diversidade de fatores atuantes na vida humana. Não faz sentido fixar em definitivo *quem* pertence ou não ao *povo*. A questão interessante é outra, não se refere à eventual volubilidade das pessoas que formam o *povo*, mas à rigidez ou não dos marcos conceituais usados para decidir *o que é o povo*. Podem-se impor limites permanentes para a ordem socioeconômica de cada época? Na Europa a separação era evidente: nobreza, clero e povo. E hoje? Na organização política da *democracia capitalista* a divisão persiste, faz da *gente excluída* um *estamento*. Apóstolos neoliberais contestam a fronteira, ou admitem sua existência como fluida, e dizem que superá-la depende do esforço pessoal, do mérito individual. O triplo caráter do significado de *popular* facilita negar a perpetuação de barreiras sociais.



(a) O primeiro aspecto é a igualdade jurídica, pouco útil para reconhecer a camada *popular*, mas essencial à compreensão e ocultação do processo que *conservou* a diferenciação social. *Idealmente*, pessoas são iguais perante a lei, há *igualdade política formal*; *materialmente*, a ordem sociopolítica nega muitos direitos às *massas oprimidas*. “[O] capitalismo torna possível uma forma de democracia na qual a igualdade formal de direitos políticos tem efeito mínimo nas desigualdades ou relações de dominação e exploração em outras esferas” (WOOD, 2016, p. 224). Encobre-se a estratificação social graças à cisão entre economia e política. Na origem, a democracia não restringe decisões do *povo* nem exclui a economia da alçada política.

“No contexto grego a definição política do próprio *dêmos* tinha um significado social porque foi deliberadamente contra a exclusão das classes baixas [...] da política” (WOOD, 2016, p. 223-4). O povo da Grécia era restrito, mas lá a democracia deu poder a um setor antes excluído, objetivo que os modernos fingem satisfazer com a *igualdade política formal* e o voto. O sistema representativo ignora a exigência de que haja um *equilíbrio de poder entre as classes* (ibidem). O que os *Pais Fundadores* fizeram e seria impensável para os gregos foi “deslocar a democracia para uma esfera puramente política, distinta e separada da ‘sociedade civil’ ou da ‘economia’” (ibidem).

O resultado são pessoas iguais perante a lei, mas algumas *mais iguais* que outras: podem pagar ótima advocacia, financiar eleições em troca de representantes políticos amestrados, e negociar *habeas corpus*. Às *peessoas pobres* a igualdade política dá justiça bruta: violência policial, invasão de domicílio, perseguição judicial e encarceramento em massa. “O *apartheid* social do Brasil prejudica a instauração de direitos civis básicos [...]. A enorme distância social favorece um *ethos* de descaso com os direitos humanos, sobretudo em relação à camada social mais pobre” (CARTER, 2010, p. 44). Se for filho de juíza o traficante de drogas detido pela polícia é levado para luxuosa clínica de recuperação; porém, se for pobre em situação de rua basta uma garrafa de desinfetante para mofar na prisão<sup>17</sup>. Além de controlar a política, a elite decide a quem vigiar,

<sup>17</sup> “Rafael Braga e Breno Borges: quando 9g de racismo pesam mais que 129kg de maconha”. <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/07/27/rafael-braga-e-breno-borges-quando-9g-de-racismo-pesam-mais-que-129kg-de-maconha/>>. O título fala por si. Ver também: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/filho-de-desembargadora-presos-por-traffic-de-drogas-e-solto-no-ms.html>>. No caso Braga, ver: “Rafael Braga preso em protesto de 2013 é condenado a 11 anos de prisão por tráfico”. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/rafael-braga-presos-em-protesto-de-2013-e-condenado-11-anos-de-prisao-por-traffic/>>. Acessos em 04/11/18. Há muitos exemplos de desigualdade similar.

perseguir e punir: “uma das principais funções da coerção ‘pública’ pelo Estado é sustentar o poder ‘privado’ na sociedade civil” (WOOD, 2016, p. 255). Por isso digo que a *igualdade política formal* não ajuda na decisão teórica sobre *o que é o povo*. Tal critério vale *a posteriori*: caso a pessoa sofra abuso institucional ou seja ignorada pelo Estado, deve pertencer ao grupo das excluídas. Se a polícia apela à violência, ou a justiça pune com mão pesada, reconhece-se na vítima a *massa excluída*. Para o conceito que busco mais dois parâmetros são necessários, um *objetivo*, outro *subjetivo*.

(b) *Objetivamente*, vê-se a *massa oprimida* pela distância do *poder*. O *povo* no Estado é eleitor submisso, reconhecido pelos obstáculos à sua interação com instâncias de decisão política ou de formação da *opinião publicada*. Quando muito será objeto passivo das deliberações, sem voz nas instituições para influenciar – menos ainda determinar – o próprio destino, que dirá o da sociedade. As barreiras enfrentadas pelo *povo* para ser ouvido têm diversas causas: *físicas*, como a distância dos centros de poder, no meio rural ou nas periferias urbanas; *culturais*, por analfabetismo completo ou funcional, pela educação formal ausente ou incompleta, por falta de domínio da linguagem culta; *sociais*, não no sentido redundante de não ser classe com poder, mas por não dispor do que Bourdieu denomina *capital social*, isto é, faltam elos com gente influente; *psicológicas*, devido a sentimentos de inferioridade; *corporais*, por desnutrição e fraqueza; *etc.* Certo seria reconhecer no rol de supostas deficiências a causa comum: o abismo da *desigualdade econômica*, a privação de recursos financeiros mínimos para transporte, educação, participação, autoestima, saúde *etc.* Essa a liberdade política da *gente excluída*, situação antes restrita ao Sul Global, agora visível em nações ricas. O quadro define *apartheid social* duradouro, *massas oprimidas* irrelevantes para a democracia capitalista. O caráter *objetivo* da exclusão sociopolítica e econômica talvez defina o pertencimento às *massas populares*, mas não refuta a pretensão da grande mídia quanto ao *apoio popular*. Isso requer componente vinculado aos *interesses individuais* frente às *coletividades*, um aspecto *subjetivo* que secciona o povo, conforme endosse os interesses da elite ou os da gente excluída.

(c) *Subjetivamente*, tal divisão qualifica a anterior, assinalando no conjunto das *massas oprimidas* uma parte que forma o *povo impopular*, que segundo a grande mídia não conta com *apoio popular*, pois se opõe às elites. É conclusão lógica: se os planos políticos da elite tem *apoio popular*, discordar deles é ser *impopular*. As pessoas em antagonismo aberto afastam-se da elite no poder, e só lhes resta ser *povo impopular*, caso

se creia no monopólio midiático. Isso obriga a remover do *povo impopular* quem não se vê politicamente como *massa oprimida*, por se julgar aliado da elite – gente que bate palmas para quem a prejudica. Seguindo o discurso midiático, essas pessoas são erradamente rotuladas de oprimidas, pois desejam os males sofridos: *volenti non fit injuria*. Aqui o proclamado *apoio popular* revela, senão insensatez, pelo menos seu perfil parcial: se parte do povo consente, e outra não, como falar em *apoio popular*? E se o povo contrário à elite superar em contingente o povo que lhe é favorável? Relatei tal probabilidade com números da recente eleição presidencial, na primeira seção.

Quem defende a inclusão das pessoas nos frutos da sociedade atua pelo *poder popular*. Ao inverso, quem para colher proveito segue políticas que agravam a exclusão não se posiciona como *povo*. Diz Oliveira (2018) sobre o assassinato político de Marielle Franco<sup>18</sup>: “a maioria dos negros se declara ‘parda’, uma nuance que permite a muitos acreditarem que estão *excluídos da exclusão*” (grifo meu). O *apoio popular* vem de quem se adapta à sujeição em vez de lutar contra ela. Registro duas observações aqui. Primeiro, que é a pessoa que define de que lado está: junto ao *povo* ou aliada a quem vai contra o *povo*. Não há como ficar dos dois lados, a não ser que se esvazie o conceito de *povo* de qualquer significado útil à *luta popular*. Segundo, participar de alianças para obter ganhos em cima de quem pouco ou nada tem é diferente de se unir para subtrair privilégios das classes abastadas. Para não se imaginar que aqui defendo crimes, como roubo ou saqueio, exemplifico. A pessoa *excluída* que para conseguir casa própria apoia partido político contrário à renda mínima fere as necessidades das demais, igualmente oprimidas. Já quem defende a construção de moradias populares custeadas por um imposto sobre grandes fortunas atua em prol da justiça social, não da opressão.

Ignorar onde se situa cada pessoa é negar o conflito de classes, o encarceramento massivo de putas, pretos e pobres, a violência policial e a vigilância onipresentes. A neutralidade é inaceitável em confrontos sociais, diz Desmond Tutu: “Se você é neutro em situações de injustiça, você escolhe o lado do opressor”. Saber *com quem contar* – quem é o *povo impopular* que enfrenta a elite – é essencial para fortalecer o *poder popular*: são as escolhas individuais que geram confiança, não há nisso preconceito

---

<sup>18</sup> Marielle Franco era moradora de favela, defensora dos direitos humanos, vereadora eleita pelo PSOL, no RJ, e havia sido indicada à relatoria da CPI encarregada de investigar a intervenção militar no Rio de Janeiro. O crime tem sinais de uma execução política. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/opinion/1521416853\\_790129.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/opinion/1521416853_790129.html) >. Acesso em 09/11/18.

ideológico. De certo modo, a pessoa oprimida que se une a quem a oprime vive no limbo social. “Na medida em que a divisão das *massas oprimidas* é necessária à manutenção do *status quo*, portanto, a preservação do poder dos dominadores, urge que os oprimidos não percebam claramente este jogo” (FREIRE, 2007, p. 166).

Há duas ideias polêmicas no meu raciocínio: (I) pôr o *povo* em estrato equivalente ao dos *estamentos* feudais, com mobilidade social quase nula, sob dominação similar à da *servidão*; (II) e a *característica subjetiva* usada na definição de *povo*, com a qual complementei o traço *objetivo* da exclusão sociopolítica e econômica.

Quanto à primeira, Rego e Pinzani (2013, p. 176) lembram que “nossa pobreza não é um fato contingente, mas deita raízes profundas na nossa história e na forma de conduzir politicamente as decisões estatais”. *Aboliram-se as obrigações dos senhores com a escravidão, não os ganhos por escravizar*. Preservou-se a *massa oprimida* escrava, nenhum auxílio lhe foi dado, para explorá-la à vontade. Não existe *apartheid social* espontâneo. Há ações instituintes e omissões perpetuando a exclusão, por parte de quem dela se beneficia, como na miséria encontrada por Rego e Pinzani (idem, p. 158): “a situação das pessoas entrevistadas não é consequência de circunstâncias externas gerais [...], mas sim produção de determinadas situações sociais que foram e são o resultado de escolhas políticas efetuadas pelas nossas classes dominantes”. São práticas persistentes, mantidas pelo controle das instâncias políticas. Inclui-se nos métodos de opressão dividir as *massas oprimidas*. Evito o discurso abstrato com três exemplos. Primeiro, as manipulações midiáticas para que a fração remediada pense que é a parte miserável que a prejudica, ou vice-versa, e não a riqueza abusiva ou privilégios pagos com dinheiro público<sup>19</sup>. Também comum no Brasil é direcionar auxílios políticos, comprando votos com os cofres estatais. Por último, legislações que golpeiam parcelas da população

---

<sup>19</sup> Não falo só nos abusivos auxílios dados a parlamentares, procuradores e juízes. Penso no que chamei de *tautologia da miséria*: “os mais pobres são menos favorecidos porque o Estado [...] não os favorece, preferindo atuar em prol dos que prescindem de ajuda. ‘Aqui entra em cena a questão da segregação urbana. A segregação é um artifício usado pelas classes sociais mais poderosas para minimizar os próprios tempos de deslocamento [...]’, ‘[...] manipulam, assim, a formidável infraestrutura voltada para o automóvel, seja física (rodovias, rodovias, rodovias, estacionamentos privativos etc.), seja humana (fiscais, multas, radares, ‘marronzinhos’ [...])’ (VILLAÇA, 2015, p. 33-4)”. É “a repetição do privilégio, o *desequilíbrio na influência política que reforça a desigualdade socioeconômica*” (MICHEL-MUNIZ, 2016, p. 209-10).

carente desagregam as pessoas excluídas<sup>20</sup>. Ao cair no jogo da fragmentação elas dão *apoio popular* a quem as oprime.

Quanto ao traço *subjetivo* do *povo impopular*, baseio-me na conduta solidária ou não de indivíduos com as *massas oprimidas*, isto é, perante *pessoas excluídas* do poder. A elite governa como inimiga do *povo*<sup>21</sup>. Contendas são inerentes à democracia. Mas se deve “buscar um equilíbrio neste processo de criação de um ‘inimigo’, de forma a não objetivá-lo, já que a objetivação de um ‘inimigo’ conduz à criação de um espaço não democrático dentro de si, que visa subverter as regras do jogo” (COSTA, 2018, p. 29). Porém, em vez de adversários disputando preferências sociopolíticas, que se veem mutuamente como opositores legítimos (MOUFFE, 2009), a elite no Brasil quer eliminar a dissidência. Não se sacia com o que lhe rendeu o *apartheid social brasileiro*, por séculos, recusa afrouxar a segregação. Mudar tal quadro, reduzindo enormemente a fome e a miséria, despertou a fúria de quem aí se abastecia de serviços com remuneração vil. A crescente automação do trabalho torna excessivo o tamanho do repositório do populacho, por isso pensam em destruir a saúde e previdência públicas: matar pobres por abandono consiste em modo barato de diminuir a miséria, isto é, reduzi-la ao tamanho das necessidades de quem a explora. Encontrar a “ralé brasileira” (SOUSA, 2016; 2017) em universidades e aeroportos deu fim à disposição para a conciliação de classes administrada por governos petistas. Desde então era uma questão de ter a oportunidade para promover o *impeachment*, com prisões e julgamentos farsescos típicos da Inquisição, reinstituindo a condenação política. A riqueza trata o poder e seus símbolos como feudo hereditário, quem ameaça tal posse deve sumir. Daí fraudarem a opinião pública, forjando na *opinião publicada* um *apoio popular* carregado de ódio de uma parcela do povo contra a outra. Um lado tolera o *apartheid*, por não se sentir atingido, ou nem enxergar que está inserido nele; o outro lado quer o fim do abismo social. Para falar em *apoio popular* nesse contexto a parte servil cooptada deve sentir-se grandiosa em força, quantidade, pureza de intenção: são ‘cidadãos do bem’. O outro lado é pintado como mal a ser erradicado, traidor

<sup>20</sup> “[Ataques] aos direitos humanos e políticos são precedidos por uma fragmentação *ad hoc* das populações, transformando a maioria em minorias nas quais se implantam divergências. Deste modo, não se atacam numa mesma lei restritiva de direitos mais de uma minoria, dificultando a união dos grupos discriminados e sua resistência coletiva às medidas arbitrárias” (MICHEL-MUNIZ, 2016, p. 224).

<sup>21</sup> O inimigo deve ser eliminado (SCHMITT, 1992). Adversários partilham símbolos, mas “querem organizar esse espaço simbólico comum de forma diferente” (MOUFFE, 2009, p. 13). O que une elite e povo? Menos que os anseios dos vários povos, daí a exortação no final do *Manifesto Comunista* (MARX; ENGELS, 1973, p. 55): “Proletários de todos os países, uni-vos”. A elite mata as *massas oprimidas*, seja de fome, falta de assistência médica, ou por meio de todas as demais carências, afóra as guerras.

da pátria, corrupto, defensor de bandidos, inimigos que se não deixarem o país terão que se calar, ou serão mortos para grandeza da nação e do povo homogêneo. Isso é fascismo. Dar apoio à elite é deslealdade consigo mesmo e com a gente pobre. O *povo impopular* não exclui ninguém na luta contra a opressão. Caso contrário, colaboraria com a elite, por negligência passiva, ou ativamente, como instrumento da tática elitista de dividir para imperar. Portanto, a delimitação que proponho preserva o campo das *lutas populares* sem pregar destruir a elite ou qualquer oponente, ela só indica quem é contrário à segregação e defende *igualdade política efetiva* para todas as pessoas.

## CONCLUSÕES

Parece-me correto repelir afirmações da mídia capitalista e retificar tanto a noção de *apoio popular* aos desmandos golpistas da elite quanto a ideia de *povo impopular*. A impopularidade de parte do povo resulta do quanto ela incomoda a elite, impedindo que a dominação se faça sem contestação. Quem defende a inclusão brada nas ruas: “não tem arrego, você tira meu direito e eu tiro seu sossego”. Sobre o *apoio popular*, as urnas mostram um povo dividido, e impedem qualquer força social de falar em nome do povo. Costa (2018, p. 15) nota que a “impossibilidade de materialização do povo é o que é particularmente constitutivo da política democrática”, dando incerteza à ocupação do lugar do poder. Após a deposição da realeza tal espaço deixa de ser preenchido por direito de sangue, normatividade que a elite brasileira recusa. Incapaz de obter o poder por vias legítimas, ela não se vexa em corromper as regras da democracia e as leis. Nisso reside a tática de modelar a opinião pública com a *opinião publicada*, e converter a mentira em verdade, a convicção em prova, o abuso inconstitucional em justiça. Daí o esforço filosófico de descrever *o que é apoio popular*, pois a descrição falsa embasa o desrespeito às normas legais. *Senhores do barão e do cutelo* viram representantes da moral e do caminho único, mas quem diverge da *opinião publicada* é que é totalitário.

Perguntei no início: qual o sujeito de ‘*povo que não se quer*’? Ali apontei estratos sociais equivalentes a castas. Volto a isso porque os miseráveis invisíveis de sertões, favelas e ruas do Brasil, excluídos até da “parte dos sem-parte” (RANCIÈRE, 1996, p. 51), são a *antipauta* jornalística do viciado *apoio popular* engendrado pelo monopólio midiático. “Quando não queremos reconhecer alguém como um ser político começamos por não o ver como um portador dos signos da politicidade, por não compreender o que ele diz, por não reconhecer que o que sai da sua boca é um discurso” (RANCIÈRE, 2014,

p. 148). A exclusão socioeconômica silencia pessoas, as vozes da obra de Rego e Pinzani (2013), e tantas ainda mudas, são dezenas de milhões *sem apoio popular*, por isso formam a *antipauta*: quem vota com a elite não quer a massa desfavorecida – é um ‘*povo que não se quer*’ –, e assim não a conta como povo. Ao inverso, o *povo impopular* é atacado ao lutar para que toda gente tenha *direitos sociais e igualdade política efetiva*. Isso que divide o Brasil hoje: não é comunismo, é humanismo, e está na Constituição Federal. Aqui os desprezados têm que ‘aprender a pescar’, mas ‘excelências’ extorquem quatro mil e quatrocentos reais de auxílio moradia, e privilégios imorais autoconcedidos, além de salários nababescos.

Por fim, assinalo de início a possível contradição entre as etapas desse texto. Não é certo definir o povo pensando em excluir pessoas dos direitos políticos, e eu não faço isso. Minha exposição indica que a elite financeira se autodenomina povo quando lhe é conveniente, no restante do tempo ela guarda distância e até recrimina quem não nota seu *status* diferenciado, com aristocrática expressão: ‘Sabe com quem está falando?’ Digo que *povo* é a “parte que articula diversos interesses reunindo maioria”. Daí a elite financeira, com as pessoas que a apoiam, poderia afirmar que ela agora é o povo, pois conseguiu maior número de votos, após a lavagem cerebral que converteu a *opinião publicada* em opinião pública. Mas isso contraria argumento explícito sobre ser “incorreto ver a elite econômica como povo”, que fundamentei em várias passagens, e reitero: entre elite e povo há interesses que se contrapõem, e não que se unem. Se ainda houver dúvida, fiz outra postulação decisiva, para a qual também ofereci justificativas: “Reivindico que *povo* e *popular* devem remeter à inclusão das pessoas excluídas – gente que mal sobrevive no *apartheid social brasileiro*”. Aqui a elite se afasta de qualquer possibilidade de ser incluída no *povo*. Ao contrário, para isso existe elevador social e de serviço, cada pessoa no seu lugar. Espero ver o *povo* voltar a gostar de si mesmo, que acabe o ódio social, e que haja *apoio popular* a quem hoje é *povo impopular*. No momento, a multicultural aquarela do Brasil é um raivoso borrão fascista.

## REFERÊNCIAS

BACHA, Edmar L. O rei da Belíndia: uma fábula para tecnocratas. Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3368144/mod\\_folder/content/0/O%20Rei%20da%20Bel%C3%ADndia.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3368144/mod_folder/content/0/O%20Rei%20da%20Bel%C3%ADndia.pdf?forcedownload=1)>. (Originalmente publicado no jornal *Opinião*). Acesso em 06/11/18, p. 57-61. [1974]

BOBBIO, Norberto *et alii*. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale *et alii*. Brasília: Editora UNB, 1998 [1983].

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2ª ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2015 [1979].

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, M. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

CHOMSKY, Noam. *Mídia: propaganda política e manipulação*. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013 [2002].

COSTA, Marta Nunes da. Criando o povo como ‘um’?: sobre a democracia e o seu outro. In: COSTA, Marta Nunes da (Org.). *Razões, paixões, utopias: democracia em questão*. São Paulo: LiberArs, 2018. (13-40)

CROUCH, Colin. *Post-democracy*. Cambridge; Malden [MA]: Polity Press, 2017 [2004].

DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*. Traducción de Julieta Campos y Enrique González Pedrero. 22ª. reimp. México [D.F.]: Fondo de Cultura Económica, 2012 [1951]. (Política y Derecho)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 46ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Tradução de Sérgio Faraco. 6ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2002 [1998].

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco M. de Mello. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª reimpressão com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. 2ª ed. London, New York: Verso, 2001 [1985].

LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Paris: Gallimard, 1986 [1972].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifeste du parti communiste*. Paris: Le Libre de Poche, 1973 [1848].



MICHEL-MUNIZ, Jordan. Ética da cidade: junho de 2013 em perspectiva global. In: RODRÍGUEZ, F. (Org.) *O junho brasileiro e seus desdobramentos*. Florianópolis: Insular, 2016.

\_\_\_\_\_. *Democracia apresentativa e o apartheid social brasileiro: crítica da igualdade política*. Florianópolis: Tese de doutorado, UFSC, 2018.

MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. Tradução de Waltensir Dutra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 [1956].

MISES, Ludwig von. *A mentalidade anticapitalista*. Tradução de Adeline Godoy. 2ª ed. Campinas: Vide Editorial, 2015 [1956].

MOUFFE, Chantal. *The return of the political*. London, New York: Verso, 2005a [1993]. (Radical Thinkers)

\_\_\_\_\_. *On the political*. London, New York: Routledge, 2005b. (Thinking in Action)

\_\_\_\_\_. *The democratic paradox*. London, New York: Verso, 2009 [2000]. (Radical Thinkers)

OLIVEIRA, Daniel. Que a morte de Marielle vos atormente tanto como a sua vida. *Expresso Diário*, 19/março/2018. Acesso em 15/11/18. Disponível em: <<https://estatuadesal.com/2018/03/19/que-a-morte-de-marielle-vos-atormente-tanto-como-a-sua-vida/>>.

PINZANI, Alessandro. ‘Vai trabalhar, vagabundo’: retórica antipobre e aspectos normativos de uma teoria da pobreza. In: SILVA, Hélio Alexandre da (Org.). *Sob os olhos da crítica: reflexões sobre democracia, capitalismo e movimentos sociais*. Macapá: UNIFAP, 2017, p. 348-388.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996 [1995]. (Coleção TRANS)

\_\_\_\_\_. *Nas margens do político*. Tradução de Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. Lisboa: KKYM, 2014 [1998].

REGO, Walquiria L.; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, direito e cidadania*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Tradução de Alvaro Valls. Petrópolis: Vozes, 1992 [1932].

\_\_\_\_\_. *A crise da democracia parlamentar*. Tradução de Inês Lobbauer. São Paulo: Scritta, 1996 [1923]. (Coleção Clássica)

SOUZA, Jessé et alii. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016 [2009].

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VILLAÇA, Flávio. O território e a dominação social. *Margem esquerda: ensaios marxistas*, n. 24, jun/2015. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 31-36.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. London, New York: Verso, 2016 [1995].